



AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO FAMILIAR E OS DESDOBRAMENTOS DA INSEMINAÇÃO CASEIRA NAS FAMÍLIAS

Karla de Mello Silva
Mestranda do Programa de Cognição e Linguagem (UENF)
karlamello97@gmail.com

João Carlos de Aquino Almeida
Professor do Programa de Cognição e Linguagem (UENF)
jalmeida@uenf

O direito à procriação é um dos direitos garantidos pelo ordenamento jurídico aos cidadãos. Em contrapartida, a infertilidade é um problema que aflige a sociedade, já sendo considerada pelo Conselho Federal de Medicina como um problema de saúde pública. A Constituição, assim como a Lei de Planejamento Familiar garantem aos brasileiros políticas públicas para auxiliar na criação da família, contudo, mesmo com os dispositivos legais, casais com algum problema para realizar o sonho parental ainda encontram dificuldades para obter tratamentos custeados pelo Governo, por esse motivo, alguns recorrem à inseminação caseira para a realização do sonho familiar. O casal quando opta pela autoinseminação busca por um doador de sêmen nas redes sociais digitais e, combina os detalhes do procedimento, que é informal e não conta com regulamentação médica ou jurídica, fato que acarreta consequências indesejadas aos adeptos. Após a escolha do doador, sem respeitar o anonimato, previsto para realização de doação de material genético, o doador e a mulher combinam de se encontrar em um hotel ou em algum lugar em que ele entregará o material coletado para a mulher. A tentante, nome dado a mulher que se submeterá a inseminação caseira, geralmente realiza o procedimento sozinha ou com a ajuda de alguém. O procedimento consiste em introduz o esperma coletado pelo doador no canal vaginal da mulher com o auxílio de um cateter, seringa ou coletor menstrual. Dentre as principais consequências da técnica informal é possível citar a transmissão de infecções sexualmente transmissíveis, possibilidade de perfuração de algum órgão durante a realização do procedimento, além da possível contaminação do material genético por vírus ou bactérias, tendo em vista inobservância das regras sanitárias. Na seara jurídica, em decorrência da inobservância do anonimato, origina-se o direito de filiação e por consequência o direito de prestação alimentar, convivência familiar, questões previdenciárias e sucessórias. A presente pesquisa tem a seguinte questão-problema: como a ineficácia das políticas públicas propiciam a propagação da autoinseminação? A discussão do tema consiste em investigar os principais desdobramentos da inseminação caseira, ou seja, aqueles que já estão ocorrendo e como a questão



poderia ser evitada se as políticas públicas de planejamento familiar fossem implementadas, conforme descreve a legislação. A metodologia da pesquisa consiste em uma análise doutrinária, jornalística e legislativa. Portanto, conclui-se que a inseminação caseira, apesar de ser um procedimento econômico se comparado aos medicamente assistidos, realizados nas clínicas de reprodução humana, pode ocasionar consequências de difícil resolução e, por esse motivo precisa ser analisado, com o intuito de garantir a efetividade das políticas públicas de reprodução humana.

Palavras-chave: Inseminação caseira. Políticas públicas. Planejamento familiar.